PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2023

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023

1 - PREÂMBULO

- 1.1 O Município de Piratuba, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, Sr. Carlos Alberto Maltauro, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL** para possível contratação do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do **MENOR PREÇO MENSAL**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.
- 1.2 O recebimento dos Envelopes 01 DOCUMENTAÇÃO e 02 PROPOSTA, contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á até às **08h20min** do dia **27 de dezembro de 2023**, no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Nesta.
- 1.3 O início da abertura dos Envelopes 01 DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às **08h30min** do dia **27 de dezembro de 2023**, na Sala de Licitações deste Município, localizada no endereço indicado no **subitem 1.2**.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada com profissional habilitado de Instrutor de Artes Marciais em Jiu-Jítsu para atender o programa específico da Secretaria de Educação e Esportes, e demais especificações constantes no Anexo "E" deste Pregão.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1 Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.
- 3.2 Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:
 - 3.2.1 com falência decretada:
 - 3.2.2 em consórcio.
- 3.3 Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3° §4° da Lei Complementar 123/2006.

Pregão 79/2023 Fl. 1/25



4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES Nº 01 E Nº 02 E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023 ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023 ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

- 4.2 Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:
- 4.2.1 O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do **Anexo "A"**, juntamente com um documento de identificação com foto.
- 4.2.2 Nesta fase, observando as disposições do **item 6.5**, o representante da licitante **deverá apresentar** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.
- 4.3 A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.
- 4.4 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.
- 4.5 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **item 1.2** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Piratuba e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no **item 1.2**, no Departamento de Compras deste Município. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora

Pregão 79/2023 Fl. 2/25



do prazo estabelecido neste Edital.

- 4.6 No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n° 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3° da Lei Complementar 123/2006.
- 4.7 A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, **não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006**. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente <u>fora</u> dos envelopes no momento do credenciamento.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

- 5.1 O Envelope nº 01 PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:
 - a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
 - b) Número deste Pregão;
 - c) Descrição dos serviços nos termos do **Anexo "E"** deste Edital, quantidade, unidade de medida, preço total, conforme exemplificado abaixo:

Serviços	Quant.	Unid.	Preço Total

- d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.
- 5.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.
- 5.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.
- 5.4 Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.
- 5.5 As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pelo Pregoeiro da seguinte forma:
 - a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos

Pregão 79/2023 Fl. 3/25



numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;

- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.
- 5.5.1 Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

- 6.1 O Envelope nº 02 DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo a Seguridade Social;
 - b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
 - c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
 - d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
 - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);
 - f) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B";
 - g) Apresentação de vínculo empregatício do profissional com a empresa;
 - h) Apresentação de documento comprobatório da graduação, no mínimo faixa roxa, reconhecido pela CBJJE (Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu Esportivo), e/ou CBJJ (Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu).:
- 6.2 As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" a "e" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Piratuba.
- 6.2.1 A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Piratuba, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

Pregão 79/2023 Fl. 4/25



- 6.3 Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no **item 6.2** e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 DOCUMENTAÇÃO.
- 6.4 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.
- 6.4.1 A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.3** deste Edital.
- 6.5 Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 6.5.1 As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.
- 6.6 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:
- 6.6.1 se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 6.6.2 se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- 6.7 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.8 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.
- 6.9 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6.1**, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" a "e", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.
- 6.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81

Pregão 79/2023 Fl. 5/25

da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

- 7.1 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração **verbal ou escrita**, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do **Anexo "C"**, deverá vir **anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.
- 7.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.
- 7.2.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 7.2.2 Serão passíveis de **desclassificação** as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos **itens 5.1 a 5.5** deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.
- 7.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.
- 7.3.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 7.3.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços do objeto do certame.
- 7.3.3 A oferta de lance deverá recair sobre o <u>preço unitário mensal</u> do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.
- 7.3.3.1 Os lances verbais ofertados pelas licitantes serão registrados eletronicamente, impressos e assinados pelos representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.
- 7.3.3.2 O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

Pregão 79/2023 Fl. 6/25



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

- 7.3.3.3 Os valores unitários do item propostos pelas licitantes serão reduzidos automaticamente pelo sistema de compras do Município, de acordo com o percentual reduzido ao valor global por parte da licitante que proferiu lance.
 - 7.3.4 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
 - 7.3.5 Dos lances ofertados não caberá retratação.
- 7.3.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.4 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 7.5 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 7.6 Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.
- 7.6.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
 - 7.7 Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **Item 7.6.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.7.1 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **Item 7.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.7.2 O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.7.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 1 (um) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

Pregão 79/2023 Fl. 7/25



- 7.8 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 7.9 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.
- 7.10 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 6 e seus subitens**, deste Edital.
- 7.11 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 7.11.1 Ocorrendo a situação referida no **item 7.8**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.12 Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.
- 7.12.1 Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério do Pregoeiro, durante a Sessão Pública do Pregão, inclusive a emissão de documentos que possam ser consultados pela internet.
- 7.13 Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).
- 7.14 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 7.14.1 A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 7.14.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

Pregão 79/2023 Fl. 8/25



- 7.15 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.
- 7.15.1 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.
- 7.16 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 7.17 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a homologação**, devendo os seus responsáveis retirá-los em 05 (cinco) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 8.1 No julgamento das propostas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO MENSAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.
- 8.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.
- 8.3 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, <u>PELO MENOR PREÇO MENSAL</u>, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.
 - 8.4 O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 - DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO E PREÇO MÁXIMO

- 9.1 O valor orçado pela Administração Municipal para a prestação dos serviços objeto desta licitação é de R\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais) para o período de 12 (doze) meses.
- 9.2 O valor mencionado no subitem 9.1 deve ser respeitado como preço máximo pelas licitantes.

10 - DA FORMA, DAS ESTRUTURAS, DO MATERIAL, DO PRAZO, VIGÊNCIA E NORMA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1 – O Departamento de Esportes realizará pelos meios de comunicação um convite para as crianças, jovens e adultos de Piratuba efetuarem as suas inscrições;

Pregão 79/2023 Fl. 9/25



- 10.2 Será elaborado um cronograma de aulas juntamente com a Contratada que será responsável pelas aulas e controle das frequências;
- 10.3 As aulas deverão ser realizadas nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 18 às 22h, totalizando 12 horas semanais;
- 10.4 As aulas serão ministradas no ginásio de esportes do município, onde já se tem sala devidamente equipada para a modalidade a ser desenvolvida,
- 10.5 O contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses de acordo com o interesse do Município e de acordo com o estabelecido na lei federal 8.666/93, sendo que haverá recesso das atividades de 16/12/2023 a 15/01/2024, **sem remuneração.**
- 10.6 Em caso de prorrogação do prazo do contrato será aplicado à variação percentual ocorrida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos doze meses e já publicado. Em caso de extinção do índice de inflação medido pelo INPC, será adotado outro índice oficial que venha a substitui-lo.
- 10.7. No período compreendido como recesso escolar de 16/12 a 15/01 as atividades serão paralisadas, sendo que não haverá o pagamento para a contratada neste período.

11 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1 Até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 11.1.1 A impugnação deverá ser protocolada junto ao Departamento de Compras deste Município, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão, ficando suspensos os procedimentos de abertura até seu julgamento.
- 11.2 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.
- 11.3 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.
- 11.4 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 11.5 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- 11.6 Decididos os recursos, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pregão 79/2023 Fl. 10/25



- 12.1 O Município de Piratuba efetuará o pagamento do valor proposto pela licitante vencedora, mensal, após a prestação dos serviços:
- 12.1.1 O pagamento será mensalmente até 15 (quinze) dias após a emissão das Notas Fiscais e certificadas pela Secretaria Municipal.
- 12.1.2 Para efeito do disposto no item 12.1, os prazos de pagamento serão contados a partir das datas de apresentação das notas fiscais de prestação dos serviços, mediante aprovação prévia da Administração Municipal de Piratuba.
- 12.2. Durante as vigências do contrato no período de 16/12/2023 a 15/01/2024, será considerado paralisado as atividades (considerando recesso), sendo que não haverá pagamento neste período.
- 12.3 Estará sujeito ao credor, a cobrança de eventuais despesas bancárias sobre os pagamentos (taxa bancária sobre DOC/TED/OP/OUTROS), descontando o valor correspondente da parcela a ser paga.
- 12.4 As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão às seguintes dotações, previstas na Lei Orçamentária para o Exercício de 2024:

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 13.1 A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
 - 13.2 A rescisão contratual poderá ser:
- 13.2.1 determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- 13.2.2 amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

14 - DAS PENALIDADES

- 14.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 - 14.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:
- 12.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
 - 14.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
- 14.3.1. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

Pregão 79/2023 Fl. 11/25



- 14.3.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 14.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1 e 9.2 será o valor total inicial deste Contrato.
- 14.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.
- 14.6 A Administração Municipal poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

15 - DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através do Secretário Municipal de Educação/Departamento de Esportes ou servidor por ele designado, os quais poderão, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas de imediato, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.
- 15.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

16 - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

16.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

17 - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

17.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

18 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 18.1 A comissão de licitação fará a adjudicação à licitante classificada em primeiro lugar, sendo que caberá ao Prefeito Municipal a decisão sobre a homologação do procedimento.
- 18.2 Após o procedimento acima descrito, a adjudicatária será convocada a assinar o Termo de Contrato (minuta constante do **anexo** "**D**" deste Pregão) dentro do prazo de 5

Pregão 79/2023 Fl. 12/25



(cinco) dias úteis após a convocação formal, junto ao Departamento de Compras do Município de Piratuba.

18.3 - O Município de Piratuba poderá, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/63 e suas posteriores alterações.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Piratuba, no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3553-0288, de segunda à sexta-feira, das 07:30h às 11:30h e das 13:15h as 17:00h
- 19.2 As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97, da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV, do artigo 87, do mesmo diploma legal.
- 19.3 Todos os pedidos de impugnação dos interessados deverão ser Protocolados junto ao Setor de Compras do Município de Piratuba, em conformidade com § 1º, do Art. 41, da Lei 8.666/93.
- 19.4 A empresa contratada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.
- 19.5 O Município de Piratuba reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49, da lei nº 8.666/93.
- 19.6 Informações fornecidas verbalmente por pessoas pertencentes ao quadro de servidores da Administração Municipal de Piratuba não serão consideradas como motivos para impugnações.
- 20.7 A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Pregão e suas condições.
- 20.8 Os casos omissos neste Pregão serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações à luz das disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis.
- 20.9 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Capinzal, SC, excluído qualquer outro.

21 - DOS ANEXOS AO PREGÃO

Pregão 79/2023 Fl. 13/25



- 21.1 Integram o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:
 - A) MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
 - B) MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
 - C) MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4°, DA LEI N.º 10.520/2002;
 - D) MINUTA DE CONTRATO
 - E) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTE PREGÃO

Piratuba, SC, 12 de dezembro de 2023.

CARLOS ALBERTO MALTAURO Supervisor de Compras

Pregão 79/2023 Fl. 14/25

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023

ANEXO "A"

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social: Endereço: Cidade/Estado: CNPJ:
À Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Piratuba, SC
Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de identidade nº e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023, instaurado pela Prefeitura Municipal de Piratuba.
Na qualidade de representante legal da empresa outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.
Local, de de 2023.
(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor)

Pregão 79/2023 Fl. 15/25



Razão Social:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023

ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Endereço: Cidade/Estado: CNPJ:
DECLARAÇÃO
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023
"inscrito(a) no CNPJ nº ", por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) ", portador(a) da Carteira de Identidade nº ", portador (a) de CPF nº ", DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)
Local, de de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Pregão 79/2023 Fl. 16/25

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (**pelo lado externo**) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao	inciso VII, do artigo 4° , da Lei Federal n° 10.520, de 17
de julho de 2002, a empresa	, inscrita no
CNPJ sob o nº	_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de
habilitação exigidos no PREGÃO P	RESENCIAL Nº 79/2023, instaurado pelo Município de
Piratuba, SC.	
Local, de	de 2023.

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor)

Pregão 79/2023 Fl. 17/25

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023

ANEXO "D"

MINUTA DE CONTRATO

/		

/2023

CONTRATO Nº

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA** E A EMPRESA ________, PARA MINISTRAR AULAS DE ARTES MARCIAIS JIU-JITSU

Pelo presente instrumento, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE
PIRATUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o no
82.815.481/0001-58, com sede administrativa na Rua Governador Jorge Lacerda, 133,
Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Secretária
Municipal de Educação e Esportes, Sra. Magrid Auler, portadora da Cédula de Identidade nº
SSP/SC e inscrita no CPF-MF sob o nº, doravante
denominado simplesmente CONTRATANTE , e, de outro, a empresa
, com sede na,, Bairro
,,,, inscrita no CNPJ-MF sob o nº, neste
ato representada pelo seu, Sr, portador da Cédula de
Identidade RG nº e inscrito no CPF-MF sob o nº
doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo
firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com c
Processo de Licitação nº 117/2023, modalidade Pregão Presencial nº 79/2023, e que se
regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as
cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada com profissional habilitado de Instrutor de Artes Marciais em Jiu-Jítsu para atender o programa específico da Secretaria de Educação e Esportes.
- 1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação modalidade Pregão nº 79/2023, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA, DAS ESTRUTURAS, DO MATERIAL, DO PRAZO, VIGÊNCIA E NORMA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

Pregão 79/2023 Fl. 18/25



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

- 2.1 O Departamento de Esportes realizará pelos meios de comunicação um convite para as crianças, jovens e adultos de Piratuba efetuarem as suas inscrições;
- 2.2 Será elaborado um cronograma de aulas juntamente com a Contratada que será responsável pelas aulas e controle das frequências;
- 2.3 As aulas deverão ser realizadas nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 18 às 22h, totalizando 12 horas semanais;
- 2.4 As aulas serão ministradas no ginásio de esportes do município, onde já se tem sala devidamente equipada para a modalidade a ser desenvolvida,
- 2.5 O contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses de acordo com o interesse do Município e de acordo com o estabelecido na lei federal 8.666/93, sendo que haverá recesso das atividades de 16/12/2023 a 15/01/2024, **sem remuneração.**
- 2.6 Em caso de prorrogação do prazo do contrato será aplicado à variação percentual ocorrida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos doze meses e já publicado. Em caso de extinção do índice de inflação medido pelo INPC, será adotado outro índice oficial que venha a substitui-lo.
- 2.7. No período compreendido como recesso escolar de 16/12 a 15/01 as atividades serão paralisadas, sendo que não haverá o pagamento para a contratada neste período.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

- 3.1 O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a medida do interesse do Município e de acordo com o estabelecido na lei federal 8.666/93.
- 3.2 Em caso de prorrogação do prazo do contrato será aplicado à variação percentual ocorrida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos doze meses e já publicado. Em caso de extinção do índice de inflação medido pelo INPC, será adotado outro índice oficial que venha a substitui-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela execução das Aulas de Atividades Esportivas, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ (), perfazendo um total de R\$).
4.2. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão às seguintes dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024:
- 07.003.2.018.3.3.90 (/2024);

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Pregão 79/2023 Fl. 19/25



- 5.1 O Município de Piratuba efetuará o pagamento do valor proposto pela licitante vencedora, mensal, após a prestação dos serviços:
- 5.1.1 O pagamento será até 15 (quinze) dias após a emissão das Notas Fiscais e certificadas pela Secretaria Municipal;
- 5.1.2 Para efeito do disposto no item 5.1.1, os prazos de pagamento serão contados a partir das datas de apresentação das notas fiscais de prestação dos serviços, mediante aprovação prévia da Administração Municipal de Piratuba.
- 5.2 Estará sujeito ao credor, a cobrança de eventuais despesas bancárias sobre os pagamentos (taxa bancária sobre DOC/TED/OP/OUTROS), descontando o valor correspondente da parcela a ser paga.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável durante a vigência contratual inicialmente prevista.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

- 7.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, materiais, sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;
- 7.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATATA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE;
- 7.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;
- 7.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- 7.1.3. Providenciar afastamento imediato, do local de execução do serviço objeto deste Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE;
- 7.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato;
- 7.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;
- 7.1.6. Manter os profissionais mencionados no Processo Licitatório durante toda a vigência do contrato, em caso de necessidade de substituição o mesmo deverá documentar junto ao Departamento de Esportes responsável pela fiscalização;

Pregão 79/2023 Fl. 20/25



- 7.1.7. Autorizar a qualquer momento aos responsáveis pelo Departamento de Esportes do Município e participar e fiscalizar as atividades desenvolvidas;
- 7.1.8. Zelar e cobrar a boa conduta dos alunos, melhorando a cada dia de passa a educação dos mesmos;
- 7.1.9. Os profissionais deverão receber e conversar com os pais ou responsáveis dos alunos sempre quando foram procurados;
- 7.1.10. Apresentar junto a Nota Fiscal mensal relação dos dias de aula e alunos que compareceram;
- 7.1.11. Suspender os trabalhos dos profissionais e os alunos no período compreendido como recesso escolar de 16/12 a 15/01;
 - 7.1.12. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas;
 - 7.1.13. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços;
 - 7.1.14. Das obrigações da CONTRATADA, relativas à execução dos serviços:
- 7.1.15. A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com o cronograma que será fornecido pela CONTRATANTE após a assinatura do Contrato.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 7.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido na Cláusula Quinta.
- 7.2.2. Não efetuar o pagamento no período compreendido como recesso escolar de 16/12 a 15/01;
- 7.2.2. Fornecer a relação de crianças e jovens bem como cronograma de execução das aulas para sua execução.
 - 7.2.3. Disponibilizar as estruturas do Ginásio Municipal de Esportes;
 - 7.2.4. Acompanhar e fiscalizar a qualquer momento as atividades desenvolvidas;
- 7.2.5. Notificar a contratada sempre que for necessário nos casos de divergência durante a execução das atividades.

CLÁUSULA OITAVA- DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as conseqüências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.
 - 8.2. A rescisão contratual poderá ser:
 - 8.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados

Pregão 79/2023 Fl. 21/25

nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

8.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
 - 9.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:
- 9.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
 - 9.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:
- 9.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;
- 9.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 9.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.3.1 e 10.3.2 será o valor total inicial deste Contrato.
- 9.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.
- 9.6 A Administração Municipal poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através do Secretario Municipal de Educação/Departamento de Esportes, ou servidor por ele designado, os quais poderão, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas de imediato, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.
- 10.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

Pregão 79/2023 Fl. 22/25

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo, serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Piratuba, SC, de de	2023
---------------------	------

MAGRID AULER
Secretaria Municipal de Educação e
Esportes
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

01. 02. Nome: Nome: CPF: CPF:

Pregão 79/2023 Fl. 23/25

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2023

ANEXO "E"

1. DO OBJETO

1.1 - Prestação de serviços especializados com profissionais habilitados de Instrutor de Artes Marciais em Jiu-Jítsu para atender o programa específico da Secretaria de Educação e Esportes, sendo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	Desenvolver e realizar aulas de artes marciais na modalidade de jiu-jítsu para jovens e adultos.		12	2.550,00	30.600,00

2. OBJETIVO

2.1. O objetivo das aulas de artes marciais é proporcionar a jovens e adultos da comunidade a oportunidade de lazer, entretenimento e formação esportiva. Oportunizando aos atletas com melhor desempenho e rendimento a possibilidade de representar o município em seletivas e campeonatos esportivos profissionais.

3. JUSTIFICATIVA

- 3.1. Proporcionar as crianças, jovens e adultos atividades esportivas em suas horas de folga e com isso tirando-as das ruas, dos meios de comunicação e informação (Watsap, Internet e outros) e drogas e entorpecentes;
- 3.2. Proporcionar as crianças, jovens e adultos o desenvolvimento intelectual, responsabilidade e respeito ao próximo;
- 3.3. Estimular o espirito competitivo dos atletas participando de competições regionais representando o Município de Piratuba;

4 - DA FORMA, DAS ESTRUTURAS, DO MATERIAL, DO PRAZO, VIGÊNCIA E NORMA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1 O Departamento de Esportes realizará pelos meios de comunicação um convite para as crianças, jovens e adultos de Piratuba efetuarem as suas inscrições;
- 4.2 Será elaborado um cronograma de aulas juntamente com a Contratada que será responsável pelas aulas e controle das frequências;
- 4.3 As aulas deverão ser realizadas nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 18 às 22h, totalizando 12 horas semanais;
- 4.4 As aulas serão ministradas no ginásio de esportes do município, onde já se tem sala devidamente equipada para a modalidade a ser desenvolvida,

Pregão 79/2023 Fl. 24/25



- 4.5 O contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura, podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses de acordo com o interesse do Município e de acordo com o estabelecido na lei federal 8.666/93, sendo que haverá recesso das atividades de 16/12/2023 a 15/01/2024, **sem remuneração**.
- 4.6 Em caso de prorrogação do prazo do contrato será aplicado à variação percentual ocorrida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos últimos doze meses e já publicado. Em caso de extinção do índice de inflação medido pelo INPC, será adotado outro índice oficial que venha a substitui-lo.
- 4.7. No período compreendido como recesso escolar de 16/12 a 15/01 as atividades serão paralisadas, sendo que não haverá o pagamento para a contratada neste período.

5. DOS PERÍODOS E LOCAL DE EXECUÇÃO

- 5.1. O profissional deverá estar à disposição para ministrar as aulas nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 18 às 22h, totalizando 12 horas semanais.
- 5.2. As aulas serão ministradas no ginásio de esportes do município, onde já se tem sala devidamente equipada para a modalidade a ser desenvolvida.

6. DAS CATEGORIAS E ALUNOS

6.1. As turmas deverão ser divididas entre jovens e adultos, ambos os sexos. A idade mínima é de 06 (seis) anos e não há limite máximo.

Pregão 79/2023 Fl. 25/25